



BANCO CENTRAL EUROPEU

EUROSISTEMA

Mario DRAGHI

Presidente

António José Seguro
Secretário-Geral do Partido Socialista
Largo do Rato, 2
1269-143 Lisboa
Portugal

Frankfurt am Main, 6 de março de 2013

L/MD/13/141

Assunto: Sua carta

Ex.^{mo} Senhor Secretário-Geral José Seguro,

Agradeço a sua carta datada de 17 de fevereiro de 2013.

Começo por assegurar-lhe que acompanho de perto a evolução do conjunto da área do euro, assim como de cada um dos países que a integram. O aumento considerável do desemprego e, em particular, do desemprego entre os jovens, em Portugal é, sem dúvida, uma preocupação importante que partilho consigo.

Como é do seu conhecimento, no período que antecedeu a atual crise, a economia portuguesa acumulou desequilíbrios e vulnerabilidades significativos, de que é um exemplo a substancial perda de competitividade, patente nos fortes aumentos dos custos do trabalho em relação aos parceiros comerciais da área do euro e nos elevados défices da balança de transações correntes. Esta evolução era insustentável e, portanto, o ajustamento tornou-se inevitável. Os efeitos colaterais negativos do ajustamento (em termos de, por exemplo, desemprego e falências de empresas) refletem a magnitude dos desequilíbrios anteriormente existentes em conjugação com a rigidez estrutural que inibe o ajustamento. O programa de assistência da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional (FMI) ajuda ao ajustamento ao permitir que este decorra de modo organizado, fornecendo recursos financeiros sujeitos a uma condicionalidade adequada, que inclui medidas destinadas a eliminar os obstáculos estruturais a um ajustamento regular. O retorno a um crescimento sustentável e robusto não será possível sem ajustamento.

Restaurar a solidez das finanças públicas e garantir a sustentabilidade orçamental são uma parte essencial do processo de ajustamento e pré-requisitos indispensáveis com vista a levar o programa a bom termo e para o regresso a um financiamento completo junto do mercado. Foram realizados progressos significativos neste domínio, mas ainda há muito a fazer. Como em qualquer país, a trajetória de consolidação tem de ser cuidadosamente calibrada, tomando diversos fatores em consideração. A adequação da trajetória é avaliada regularmente em cada missão de avaliação e, se necessário, são efetuados ajustes. A consolidação das

finanças públicas poderá ter alguns efeitos negativos de curto prazo na atividade económica. Contudo, no médio prazo, a maior sustentabilidade das posições orçamentais constituirá certamente um importante catalisador de crescimento.

No decurso da sétima missão conjunta, os especialistas da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do FMI avaliarão, como sempre, a execução do programa. Essa avaliação refletir-se-á em memorandos atualizados. A avaliação final será realizada pelos órgãos de decisão relevantes – o Diretório Executivo do FMI, o Eurogrupo e, no caso da União Europeia, o Conselho ECOFIN.

Permita-me concluir assegurando-lhe que estou perfeitamente ciente das consideráveis dificuldades que o ajustamento económico envolve. Embora o ajustamento geral não possa ser evitado, podem ser tomadas medidas para o facilitar e garantir uma partilha justa dos custos. A continuação da implementação do programa de forma decisiva é fundamental nesse aspeto, pelo que saúdo o seu compromisso para com os objetivos do mesmo.

Com os melhores cumprimentos,

Handwritten signature of Mario Monti in black ink.